



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
UNIDADE EDUCACIONAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
PÓS- GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM DIREITOS SOCIAIS E GESTÃO DOS
SERVIÇOS SOCIAIS

MARIA MINERVINO DA COSTA FARIAS

UMA REFLEXÃO À CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DO
SERVIÇO SOCIAL

Palmeira dos Índios
2014

MARIA MINERVINO DA COSTA FARIAS

**UMA REFLEXÃO À CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DO
SERVIÇO SOCIAL**

Artigo apresentado à Universidade Federal de Alagoas, Unidade Educacional de Palmeira dos Índios – *Campus Arapiraca*, como requisito à conclusão do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direitos Sociais e Gestão dos Serviços Sociais.

Orientador/a: Prof^a Ma. Mayra de Queiroz Barbosa

Palmeira dos Índios
2014

MARIA MINERVINO DA COSTA FARIAS

**UMA REFLEXÃO À CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DO
SERVIÇO SOCIAL**

Artigo apresentado à Universidade Federal de Alagoas, Unidade Educacional de Palmeira dos Índios - Campus Arapiraca, como requisito à conclusão do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direitos Sociais e Gestão dos Serviços Sociais.

Mayra de Queiroz Barbosa
Orientadora: Profª Me. Mayra de Queiroz Barbosa

BANCA EXAMINADORA

Silvana Márcia A. de Medeiros
Profª Dra. Silvana Márcia A. de Medeiros

Maria Adriana da Silva Torres
Profª Dra. Maria Adriana Torres

Japson Gonçalves Santos
Prof. Me. Japson Gonçalves

Data da aprovação: 02/07/2014.

UMA REFLEXÃO À CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL¹

Maria Minervino da Costa Farias²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo fazer uma reflexão acerca da construção da identidade profissional do Serviço Social. Esta reflexão orienta-se por meio da perspectiva crítico dialético, verificando de que forma o modelo de expansão universitário implantado a partir de 2006, incide diretamente na qualidade da construção da identidade profissional do Serviço Social e seu campo de atuação. Contextualizando a partir de elementos históricos, o que nos leva a observar que a profissão percorre o caminho estruturado pelo processo de profissionalização, onde o Assistente Social supera aquela identidade atribuída e assume a identidade construída pela profissão, e esta então se realiza na prática profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade. Formação profissional. direitos sociais.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the construction of the professional identity of social work. This reflection is guided by critical dialectical perspective, verifying how the model of university expansion implemented from 2006, directly affects the quality of the construction of the professional identity of social work and its field. Contextualizing from historical elements, which leads us to observe that the profession runs the professionalization process structured by the way, where the social worker assigned surpasses that identity and assumes the identity constructed by the profession, then it will be held in professional practice.

KEY WORDS : Identity. vocational training. social rights.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Especialista em Direitos Sociais e Gestão de Serviços Sociais, apresentado à Universidade Federal de Alagoas, *Campus Arapiraca* – Unidade Educacional de Palmeira dos Índios. Orientado pela Prof.^a Ms. Mayra de Queiroz Barbosa.

²Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas. Estudante de especialização em Direitos Sociais e Gestão dos Serviços Sociais pela Universidade Federal de Alagoas.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo realizar uma reflexão sobre o processo de construção da identidade profissional, de forma exploratória e com base em estudos sobre essa temática³, através de pesquisa bibliográfica e documental. O interesse surgiu desde a graduação em Serviço Social, quando realizamos pesquisa sobre o processo de construção da identidade profissional dos discentes da Unidade Educacional Palmeira dos Índios, onde este é considerado por nós uma forma essencial para uma melhor atuação do trabalho desenvolvido pelo Assistente Social.

Os assistentes sociais “vivem” hoje um estado permanente de efetivação da identidade construída, cujo núcleo se dá através de sua independência via processo democrático. Que de forma direta atua nas expressões da questão social, por meio da garantia dos direitos sociais, via políticas públicas.

Apesar da legislação expressa por meio da Constituição Federal de 1988, dispor sobre a garantia dos direitos sociais, estes “porém se mantém da desigualdade real no campo socioeconômico” (GUERRA, 2008, p.32). Essa falta de efetivação dos direitos sociais de um lado se expressa pela forma contraditória da incompatibilidade da manutenção da produção capitalista e a igualdade social.

Esta situação se agrava ainda mais a partir do final da década de 1980 com a implementação do neoliberalismo, cujo desdobramento no tocante aos direitos sociais, é políticas públicas, seletivas que excluem ou determinam que tipo de cidadão se enquadre a estas. Neste cenário está assistente social, que as tem como campo de atuação, utilizado como instrumento de efetivação dos direitos sociais.

O que na década de 1980 significou um marco na garantia de amplos direitos sociais, como direito e dever do Estado. Na década de 1990 com o advento do neoliberalismo poucos foram os avanços. Efetivado por meio das políticas públicas, os direitos sociais sofrem as implicações sujeitas ao novo modelo neoliberal.

Assim como também a prática profissional do Serviço Social, que se vê diante da postura do Estado em banalizar e naturalizar a desregulamentação destes por meio de

³ Constam estudos desenvolvidos por órgãos representativos do Serviço Social (Associação Brasileira de Pesquisa em Serviço Social, Conselho Federal de Serviço Social, Conselhos Regionais de Serviço Social) e também pesquisa de campo realizada em 2011, fruto do trabalho de conclusão do curso de Serviço Social, cuja temática O que é serviço social: a construção da identidade profissional do serviço social pelos discentes do curso de serviço social da Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Unidade Educacional Palmeira dos Índios.

práticas seletivas. É com este modo de operacionalização do novo modelo de proteção social, no qual o assistente social tem que trabalhar.

As condições históricas na conquista de direitos sociais e civis, fruto do processo de democrático, o processo de profissionalização do Serviço Social e sua aproximação com as ciências sociais, que lhe confere estatuto científico, tanto na formação como para a prática profissional, que em consequência promovem a ampliação do mercado de trabalho profissional. São condições necessárias, que aliadas à formação da identidade profissional, contribuem para construção do projeto ético político do Serviço Social. Diante disso a que investir no processo de formação que contribua para o desvendamento da lógica capitalista e que possa na prática profissional desenvolver estratégias de ação condizentes com o projeto profissional da profissão e com a realidade social.

Dessa forma podemos apontar alguns aspectos que direcionam a reflexão acerca do processo de construção da identidade profissional do Serviço Social. O primeiro caminho é o reconhecimento do território do processo de institucionalização e profissionalização do Serviço Social no Brasil até a atualidade. O segundo aspecto refere-se a identidade do Serviço Social, a qual consideramos fator importante a formação profissional qualificada. O terceiro refere-se a uma reflexão acerca da qualidade da formação profissional em Serviço Social tendo em vista o modelo de expansão universitária implantada a partir de 2006, que repercute de forma direta na construção da identidade profissional e no mercado de trabalho do Serviço Social.

2 PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL, ATÉ A ATUALIDADE

De início recorreremos a trajetória histórica da profissão, tendo como foco o processo de institucionalização e profissionalização do Serviço Social no Brasil, até a atualidade. Evidenciando as particularidades presentes nesta profissão, que compõem sua identidade, onde verificamos aspectos importantes e constitutivos do exercício profissional do Serviço Social reconhecidos pela sociedade e que reflete de forma direta na formação da identidade profissional, baseando-se nas conquistas dos direitos

estruturados através da “efetivação das políticas públicas”, que são campo primordial de atuação do Serviço Social.

Uma vez que segundo Martinelli (2007)

[...] criando-se e recriando-se continuamente no fértil terreno das diferenças, das alteridades, das diversidades, a identidade profissional demandava uma forma peculiar de aproximação: enquanto categoria histórica, só podia ser compreendida historicamente [...] apenas no processo histórico a identidade profissional adquiria materialidade e concretude indispensáveis à sua compreensão (MARTINELLI, 2007, p. 17-18).

Dessa forma a trajetória histórica do Serviço Social no Brasil tem sua gênese na década de 1930, tendo em vista o processo de acirramento da questão social. Esse processo, que durante a década de 1920, se desenvolve apenas moderadamente, se acelera no início da década seguinte, com a mobilização da igreja católica⁴, manifestando-se a respeito de temas sociais.

Surge o Serviço Social, com a função de executar os ensinamentos da igreja a partir de mecanismos de assistência social, instituídos para manutenção da ordem social. Onde neste período histórico o trabalhador é tensionado pela falta de condições de se manter e reproduzir, com o início o desenvolvimento das indústrias.

Enquanto que os trabalhadores sofriam com más condições de trabalho e baixos rendimentos, que introduziam novas formas da falta de condições de sobrevivência como (vícios de embriagues, desemprego, prostituição, pobreza extrema, abandono infantil promiscuidade, etc), para o Estado e a sociedade apresenta-se como problemas morais e religiosos, os quais deveriam ser enfrentados através do enquadramento social. Alia-se neste momento a Igreja Católica, através da Ação Social e a chamada caridade estatal, objetivando conter o movimento da classe trabalhadora. Na realização desse trabalho apresenta-se o Serviço Social como departamento especializado da Ação Social.

Com a necessidade de controle das sequelas da questão social o Estado aliado a Igreja, direcionam recrutamento de “agentes sociais” para o enquadramento da população, vista como ponto de ameaça aos interesses da burguesia. Esta então, procura promover ações, através desses “agentes sociais”, que venham apontar qualquer forma de revolta.

⁴ Doutrina Social da Igreja Católica Europeia, que designa através de um conjunto de ensinamentos e orientações o como cada indivíduo de agir em sociedade.

É com as expressões da questão social que os chamados “agentes sociais” vão trabalhar, sendo que a direção do desenvolvimento das ações é exclusivamente realizada sob controle da burguesia. Era desse modo que o campo de trabalho se apresentava neste período, reflexo direto nas ações, ou seja, não apenas o trabalho é controlado, mas o agente também, reproduzindo alienação.

Os fundamentos que orientam o Serviço Social em sua gênese são de influência européia⁵, tem base na Doutrina Social da Igreja Católica, exercendo a função de enquadrar os indivíduos, mantendo a ordem social. A igreja intervém através da Ação Católica, por meio de obras sociais⁶. Segundo Iamamoto e Carvalho (2007) “O elemento humano e a base organizacional que viabilizarão o surgimento do Serviço Social se constituirão a partir da mescla entre as antigas Obras Sociais – que se diferenciam criticamente da caridade tradicional [...]” (p. 167-168).

A intervenção da Igreja era realizada através dos vários movimentos da Ação Católica, por meio das obras sociais e os movimentos do apostolado social. Surge em 1932 o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), devido a necessidade de uma formação técnica especializada para a prestação de assistência, para que as ações e obras filantrópicas da Igreja tivessem mais efetividade e rendimento.

Em 1936 é fundada pelo CEAS a primeira escola de Serviço Social, para um maior alcance e rendimento do trabalho da Ação Social, que se destina na formação técnica especializada para prestação de assistência. Segundo Iamamoto e Carvalho (2007), esta não pode ser considerada como fruto de uma iniciativa exclusiva do Movimento Católico Laico, pois já existe presente uma demanda por parte de determinadas instituições estatais. Assim como os fundamentos, prática e instrumentos utilizados pelo Serviço Social em sua origem, também são direcionados suas agentes.

Essas agentes eram senhoras e moças de famílias de classes dominantes, contempladas com o primeiro “Curso Intensivo de Formação Social para Moças”, desenvolvido pela Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas e aplicado por Mlle. Adèle Loneaux, que se propunha a partir da formação através da doutrina social da

⁵ A influência europeia, especialmente franco-belga, países nos quais foram formadas as pioneiras do Serviço Social. As bases da formação, inspiradas na doutrina social católica (tomismo) e na tradição positivista, assentavam-se em uma ótica psicologizante e de individualização dos problemas sociais, que tendia a buscar as especificidades da questão social na esfera ético-moral, reforçando o substrato liberal de que o destino pessoal é de responsabilidade do próprio indivíduo.

⁶ Obras sociais – Distinguem-se das obras de caridade, avançando para além do papel curativo e buscando as causas para combater sua fonte (IAMAMOTO ; CARVALHO, 2007, p.168).

igreja católica fundamentar sua ação no reconhecimento dos problemas sociais e também adotando orientação para a resolução dos serviços.

Além de assegurar o nível social a que pertenciam essas mulheres, e fatores como disponibilidade de tempo e aparência representativa de desenvolvimento de obra cristã, elas representavam a busca por qualificação, onde o CEAS intensifica a formação incluindo cursos de Filosofia, Moral, Legislação do trabalho, Doutrina social, Enfermagem de Emergência, etc.

O que favorece por parte do Estado uma grande procura pelas agentes sociais, o que contribui para a fundação da primeira Escola de Serviço Social do Brasil em 1936. A Escola de Serviço Social de São Paulo se propõe a formação técnica, com forte influência no pensamento neotomista, concepção do homem como ser livre, inteligente e social, com direito de encontrar na sociedade os meios necessários à sua sobrevivência e pleno desenvolvimento como pessoa humana (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 174-175).

A figura da agente social é cada vez mais requerida nas demandas da Ação Católica, como também em outros setores do Estado, de forma a centralizar o poder para manter o controle sobre as massas. Em 1935, foi criado o Departamento de Assistência Social do Estado/SP, no qual estava subordinado a Secretaria de Justiça e Negócios Interiores (Ibid., p. 174). O Serviço Social além de coordenar serviços de assistência e proteção social, passa a atuar também com menores, desvalidos, trabalhadores e egressos de reformatórios, penitenciárias e hospitais.

Em 1938 o Departamento sofre uma mudança de sigla, passando a denominar-se Departamento de Serviço Social. Em 1939 o CEAS assina contrato com o Departamento de Serviço Social do Estado de (SP), ampliando sua atuação com a implantação de três Centros Familiares em bairros populares. A escola de Serviço Social, busca cada vez mais intensificar técnicas especializadas não apenas da área da assistência, colaborando para o processo de formação, e também para ampliação das áreas de atuação do Serviço Social.

As bases que se constitui o Serviço Social neste período histórico, são práticas repressivas, caridosas e assistencialistas. Que servem ao Estado, no momento de reconhecimento da representação da classe trabalhadora, motivadas pelas recém chegadas estratégias: populismo⁷ e o desenvolvimentismo⁸.

⁷ Populismo é basicamente um “modo” de exercer o poder. Ou seja, dá-se uma importância ao povo, às classes menos favorecidas, cuida-se delas e, assim, conquista-se sua confiança o que permite que se

Em 1940 é criado o Instituto de Serviço Social (SP), que se destina a formar trabalhadoras sociais especializados para o Serviço Social no Trabalho. Atuando no trato com trabalhador livre, devendo discipliná-lo para trabalhar nas fábricas. O direcionamento da atuação se pautava em políticas assistencialistas (que quase não havia custos) e treinamento de integração física e psiquicamente ao trabalho servil.

A procura por este tipo de trabalhador social, faz com que haja por parte de prefeituras, disponibilização de bolsas de estudos, para moças que se matriculassem no Instituto de Serviço Social, mas devendo estas lhes prestar serviços após a formação.

Fato que colabora para que o Estado se torne o maior empregador dessas trabalhadoras. E também proporciona às trabalhadoras sociais maior qualificação, como também colabora para o desenvolvimento da profissão. Onde devido a grande demanda por essas trabalhadoras sociais, são abertas diversas Escolas de Serviço Social nas capitais brasileiras.

Qualifica-se que o perfil das trabalhadoras sociais já não mais se apresenta como em seu início, com o trabalho desenvolvido apenas mulheres da alta sociedade. Mesmo tendo uma maior procura por estas trabalhadoras, expansão das escolas e alteração do perfil do trabalhador social, no que diz respeito ao nível social a que pertenciam e profissão eminentemente feminina, não apresenta muitos sinais de modificação, visto que continuavam subordinados aos órgãos públicos tendo sua atuação limitada, sem eliminar o conteúdo doutrinário, na formação do assistente social, mas que contribui para a institucionalização e legitimação do Serviço Social.

O período entre anos 1940 a 1950 há uma busca por aprimoramento técnico, com a influência do Serviço Social norte-americano⁹, onde não mais procurava-se

exerça um autoritarismo consentido, uma dominação que não é percebida por quem é dominado. Historicamente o populismo está ligado a fenômenos políticos da América Latina e se identifica com a industrialização e urbanização. No caso específico do Brasil este processo se inicia nos anos vinte e trinta o que coloca o populismo em foco exatamente neste período. Disponível em : www.infoescola.com .

⁸ A teoria econômica que está centrada no crescimento econômico, baseado na industrialização e na infraestrutura, com forte intervenção do Estado, em detrimento do desenvolvimento social. Tal teoria foi uma resposta aos desafios e oportunidades que surgiram com a Grande Depressão dos anos 30 e está ligada às ideias trazidas pelo keynesianismo. A onda desenvolvimentista teve o seu apogeu nas três décadas que sucederam o fim da Segunda Guerra, com destaque para as políticas de implantação da indústria pesada nos principais países da América Latina. Disponível em : www.infoescola.com .

⁹ A influência norte-americana ocorreu com a difusão da base técnica dos métodos de caso e grupo e posteriormente, com a proposta de Desenvolvimento de Comunidade , como técnicas e campos de intervenção profissional. O Serviço Social de Caso orientava-se pelas teorias de Mary Richmond, Porter Lee e Gordon Hamilton, cuja preocupação centrava-se na personalidade do cliente. O trabalho orientado por essas teorias buscava conseguir mudanças no indivíduo, a partir de novas atividades e

enquadrar o indivíduo, mas a reajustá-lo de forma a realizar uma reeducação moral, por meio da educação popular, educação para saúde, de acordos com princípios positivistas e funcionalistas. As formas e tratamentos utilizados marcam a identidade do Serviço Social, assim como também a representação na inserção ao mercado de trabalho.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial¹⁰, a economia mundial estava bastante fragilizada. Assim, também como em outros países, o Brasil, procura a partir do Desenvolvimento de Comunidade¹¹, promover o desenvolvimento econômico e social. O Serviço Social encarrega-se da responsabilidade de desenvolver o que se propõe a mudança controlada, onde a população e o governo teriam a responsabilidade na vida do indivíduo a partir da comunidade onde ele está inserido. Dessa forma o Serviço Social passa a estimular participação da comunidade na resolução de seus problemas, com a utilização de atividades sociais, recreativas e educativas.

No período entre 1961 a 1964, os processos históricos (avanço da industrialização e urbanização e crise do desenvolvimentismo) provocam cada vez mais a procura por esses profissionais, mas que na sua prática profissional tende há não mais a atuar na questão social por meio de medidas caritativas e assistencialistas, que se traduz num movimento de repensar a profissão.

A composição do quadro dos assistentes sociais, a sua direcionalidade iniciada ao repensar a prática profissional e a procura cada vez mais por qualificação para responder as sequelas do acirramento da questão social, produz um movimento de perspectiva crítica. Denominado de Movimento de Reconceituação¹², que significou senão um novo redimensionamento da profissão, com intencionalidade clara, de promover modificações na prática profissional. Estas deveriam qualificar o assistente

comportamentos. O indivíduo era visto como o elemento que deveria ser trabalhado, no sentido de ajustá-lo ao meio social e fazê-lo cumprir bem seu papel no sistema vigente. (ANDRADE, 2008, p. 280-283)

¹⁰ Durante a década em que ocorreu a Segunda Guerra Mundial, a atividade econômica decaiu nas principais nações industriais. Os países tentaram defender suas economias, restringindo as importações, o que apenas resultou em uma queda no comércio, na produção, no padrão de vida e no aumento do desemprego pelo mundo. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Brasil redemocratizou-se e prosseguiu seu processo de transformação com industrialização e urbanização aceleradas.

¹¹ O Desenvolvimento de Comunidade foi uma estratégia lançada para garantir a prosperidade, o progresso social e a hegemonia ideológica americana (capitalismo), cuja política visava preservar o mundo livre de ideologias não democráticas. Partindo do pressuposto de que as populações pobres têm maior receptividade ao comunismo julgava ser preciso melhorar e desenvolver o sistema capitalista (ANDRADE, 2008, p.284).

¹² [...] foi, na sua especificidade, um *fenômeno tipicamente latino-americano*. Dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, implicou um *questionamento global da profissão*: seus fundamentos ideológico-teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi* (IAMAMOTO, 2007, p.205-206, grifo do autor).

social para uma postura político-ideológico reveladora de sua dimensão política, que abre caminho para a formação de uma nova identidade profissional.

Mas com o Golpe Militar de 1964, o Movimento de Reconceituação foi interrompido, devido a repressão que limita cada vez a atuação desses profissionais. E sua atuação continua pautada na operacionalização das políticas sociais clientelistas, centralizadas, fragmentadas, sem a participação social. Dessa forma com postura acrítica na prática profissional, o Serviço Social continua até o final da década de 1960 a atuar na “superfície” da questão social. Segundo Paulo Netto (2005),

[...] esta inconclusividade não fez do movimento algo intransitivo, que não remeteria mais que a si mesmo. Ao contrário, durante mais de dez anos, na sequência da década de 1970, a parte mais significativa do espírito renovadora reconceituação, processado criticamente, alimentou o que houve de mais avançado no processo profissional latino-americano. (p. 15).

A década de 1970 é marcada pela discussão sobre o direcionamento da formação profissional, os objetivos e o conteúdo com a intencionalidade de verificar a realidade da profissão. Que na década seguinte (1980) se processa a urgente revisão curricular e a formação profissional, como necessárias a nova identidade do Serviço Social.

Representada pelas insatisfações dos profissionais, diante da prática limitada por meio de instrumentos e posicionamentos político ideológico fragilizados pelo ordenamento do Estado. Nesse momento incorporam-se o pensamento crítico e a proposta de um projeto profissional “abrangente e atento às características latino-americanas, em contraposição ao tradicionalismo, envolvendo critérios teórico-metodológicos e práticos-interventivos” (IAMAMOTO, 2007, p. 209), cuja base se dá a partir da corrente marxista. Incorporando uma nova identidade profissional, que rompe com o conservadorismo e com as teorias até agora utilizadas pela profissão.

E abre caminho para que na década seguinte se processe a renovação crítica do Serviço Social. Nos anos 80 o processo de renovação do Serviço Social é conhecido como processo de ruptura do Serviço Social com o tradicionalismo profissional. Que busca questionar e refletir de forma crítica sobre seu conteúdo metodológico e da prática profissional. O que na prática se traduz tanto na organização da categoria profissional como por formação acadêmica, com base na teoria marxista.

Ao analisar “brevemente” os anos 1980 a 1990, podemos verificar o crescimento da produção científica e a reformulação dos parâmetros legais ¹³ e curriculares ¹⁴, que

¹³ Lei de Regulamentação da Profissão – 8.662, de 7 de junho de 1993.

representa grandes desafios e possibilidades profissionais e no campo dos direitos. Neste contexto histórico está a organização de seus organismos representativos na luta pela criação e implementação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), na diversificação das demandas profissionais, desde o planejamento, a gestão de políticas públicas a partir da Constituição Federal de 1988.

O período que se segue até os dias atuais, verifica-se de forma contundente que o Estado sob a perspectiva neoliberal, reduz sua obrigação e responsabilidade, no campo da proteção social. Implanta-se de forma definitiva o “Estado mínimo”, transferindo sua responsabilidade para a sociedade civil. Isto traz consequências para a efetivação dos direitos sociais, provocando mudanças nas políticas sociais, campo de atuação do Serviço Social, onde este enfrenta não apenas uma “limitada ação” e também diminuição dos postos de trabalho.

No enfrentamento desses novos desafios do Serviço Social, está o direcionamento da construção da identidade profissional do Serviço Social, que representa através de uma perspectiva crítica, o fortalecimento do projeto profissional, com forte posicionamento político ideológico de reafirmação da legitimidade dos direitos sociais.

3 IDENTIDADE PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

Feitas as considerações acerca do processo de institucionalização e profissionalização do Serviço Social até a atualidade, em busca de compreendermos o processo de construção da identidade da profissão, faremos a partir disso discussão sobre a construção da identidade profissional do Serviço Social, com base nos estudos de Maria Lúcia Martinelli (2007), que busca “compreender o real significado da profissão na sociedade do capital, sua participação no processo de reprodução das relações sociais” (p.15). Para a autora o estudo da trajetória histórica do Serviço Social revela “até que ponto favorecera ou impedira o desenvolvimento da identidade profissional e da consciência social dos seus agentes” (MARTINELLI, 2007, p. 15).

Código de Ética profissional – Resolução CFESS Nº 273, de 13 de março de 1993

¹⁴ Diretrizes Curriculares – Resolução Ministério da Educação Nº 15, de 13 de março de 2002.

A reflexão posta no título deste artigo torna-se importante uma vez que para Martinelli (2007), “Tal aspecto é de fundamental importância, pois somente no momento em que a profissão alcança sua identidade específica e distintiva é que atinge sua autonomia científica” (Martinelli, 1977, 4-5).

O sentido da referencia de identidade para Martinelli (2007) é que

a identidade da profissão em si mesma considerada como elemento definidor de sua participação na divisão social do trabalho e na totalidade do processo social. Portanto, mais que uma categoria filosófica, dotada de estatuto lógico e ontológico, a identidade profissional está sendo pensada dialeticamente, como categoria política e sócio-histórica que se constrói na trama das relações sociais, no espaço social mais amplo da luta de classes e das contradições que a engendram e são por ela engendrados (Martinelli, 2007, p.17).

Para Martinelli (2007) a identidade é

uma categoria essencialmente dinâmica, construindo-se permanentemente no confronto com as contradições do real e em meio às determinações sociais. Tempo e o movimento configuram, então variáveis intrinsecamente relacionadas com a construção da identidade, o que tornava impossível aprisioná-la em esquemas rígidos e imutáveis, ou mesmo apreendê-la apenas a partir de sua representação aparente (MARTINELLI, 2007, p. 17).

Configuram-se segundo Martinelli (2007) duas identidades ao Serviço Social: a identidade atribuída e a identidade construída. Dessa forma, podemos analisar a identidade do Serviço Social sob algumas perspectivas. A primeira é a necessidade do Estado, que aliado à Igreja necessita de “pessoas” que realizem trabalho voltado a regular e controlar a vida do trabalhador livre. Nesse momento o Serviço Social, reproduz as mazelas impostas pelo capitalismo. Assume em sentido pleno a configuração da manutenção da ordem, por meio do sistema implantado via leis sociais. Que representam senão a tentativa do Estado, conter as insatisfações dos trabalhadores, frente o processo de movimentos sociais.

Em sua gênese o Serviço Social utiliza-se de práticas assistencialistas e do ponto de vista moralista, buscava enquadrar “possíveis desajustes dos trabalhadores”, que pudessem oferecer qualquer forma de ataque ou prejuízo ao sistema capitalista, como a participação em movimentos reivindicatórios, falta ao trabalho ou menor desempenho em consequência de vícios.

A segunda perspectiva diz respeito não apenas a necessidade dos sujeitos que ele atende, mas também o desenvolvimento de sua atuação profissional. Onde o Serviço Social passa a “vislumbrar” as particularidades do seu trabalho, seja na reprodução das

finalidades capitalistas, seja na falta de movimento da prática social, ou seja, não havia no “cliente” modificação apresentada, ou apenas continuidade de formas paliativas tanto da consequência do trabalho do agente social, quanto do problema em questão.

Dessa forma a atuação que por muito tempo permeou o direcionamento desta profissão, onde desde a referência ao que se qualifica atualmente de usuário, era tido como cliente. Se aprofundarmos de maneira sutil, o significado de cliente ¹⁵, o termo permite fazer alusão à pessoa que tem acesso a um produto de serviço mediante pagamento. De forma analógica não foge deste significado a classificação que referencia o Serviço Social, onde o produto que é o trabalho desenvolvido por esta profissão, no qual o sujeito necessita de forma frequente e/ou casual, oferecido pelo Estado, através dos agentes sociais, mediante pagamento, a exemplo das Caixas de Aposentadorias e Pensões¹⁶, onde o trabalhador contribui obrigatoriamente, através do desconto em seu salário.

Apontamos ainda que a referência do termo cliente, requer um outro ponto, que é quanto à classificação de cliente satisfeitos e insatisfeitos. O que nos leva a variações como qualidade, regularidade, pontualidade. Diante disto podemos dizer que a relação de satisfação, qualidade, regularidade, pontualidade não eram equacionados na direção de resolução de determinado problema, mas “maquiadas” através do financiamento do trabalho alienado do sujeito. Onde sua identidade prevalece sob a relação clientelista, que segundo Ferreira (2001), é um tipo de relação política em que uma pessoa dá proteção a outra(s) em troca de apoio, estabelecendo-se um laço de submissão pessoal.

Dessa forma entendemos que esse movimento de observação da prática profissional, onde o “agente social” começa a se reconhecer enquanto figura mediadora, onde poderia através do trabalho desenvolvido, ter condições de transformar ou reproduzir. Transformar no sentido de superar, por meio da prática e dos mecanismos legais (direitos, legislação) as demandas do cotidiano. Ou continuar reproduzir na sua prática, a manutenção das formas de exploração e o não posicionamento em sua atuação.

É a partir desse processo de reconhecimento de agente “transformador” ou “reprodutor”, que se verifica na prática, respaldada em seus fundamentos teóricos, a

¹⁵ Disponível em: <http://conceito.de/cliente>.

¹⁶ A referência se dá apenas como exemplo de promoção dos direitos trabalhistas, fornecidos pelo Estado, por meio do financiamento do próprio trabalhador, assim como as outras políticas (IAMAMOTO ; CARVALHO,2007, p. 290-291).

questão da identidade profissional a partir das necessidades coletivas dos sujeitos “atendidos” pelo Serviço Social.

O processo de reconhecimento do trabalho realizado, de sua prática e instrumentos, faz com que o Serviço Social inicie uma segunda fase. A incorporação de mobilidade social, onde se reconhece a fragilidade do que até agora havia sido desenvolvido. Isto tem forte apelo para a exigência da qualificação profissional, aliada a requisição cada vez maior de “agentes sociais” no desenvolvimento do trabalho em áreas além da assistência e trabalhista.

Isso requer a ampliação do número de Escolas de Serviço Social, como também de sua institucionalização, consequência do momento histórico, em apreender o verdadeiro sentido da prática profissional. É com a institucionalização que o Serviço Social aproxima-se de categorias teóricas que lhe possibilita o desenvolvimento de modificação da posição ético-político, caracterizando uma terceira perspectiva.

Há por parte dos próprios profissionais a exigência de rever suas bases, o propósito de construção de uma nova identidade. Que vai além do que estava posto, apresenta-se não apenas na prática, mas através do rigor teórico-metodológico que sustenta um novo tipo de identidade.

Dessa forma “entender a importância da identidade profissional sempre será a forma de solidificar a história do Serviço Social, em seu sentido mais pleno, incorporando o espírito crítico e transformador dessa profissão (FARIAS, 2011, p.35).

A primeira e a segunda perspectiva retrata o perfil da identidade atribuída ao Serviço Social. Segundo Martinelli (2007) esse tipo de identidade aliena em um só momento tanto na prática quanto os seus agentes, e que “a ausência de movimento de construção da identidade fragilizara a consciência social de seus agentes, impedindo-os de assumir coletivamente o sentido histórico da profissão” (Ibid., p.90).

Segundo Martinelli (2008, p. 11), a identidade atribuída decorre de fatores externos às profissões, e não operam com a totalidade do processo social. Produz no profissional uma prática subalterna, onde não há reconhecimento do real significado da profissão, onde visivelmente fragiliza e desqualifica as ações, reduzidas à práticas caridosas e filantrópicas, que representam a perda de consciência da profissão e da prática profissional.

Enquanto que a terceira perspectiva representa a identidade construída, que refere-se ao modo como aparecem as profissões, visualizadas a partir do seu próprio reconhecimento, e a forma direcionada da sua prática profissional (Id. p.12), ou seja

esse processo de reconhecimento interfere diretamente no compromisso ético político com a profissão, com a categoria profissional e com as demandas do campo profissional.

Isto é visualizado a partir da década de 1960¹⁷ com o início do processo de reconceitualização do Serviço Social, interrompido pela repressão da ditadura militar. E de forma mais contundente na década seguinte (1970), questiona-se nesse momento reflexões acerca da negação do conservadorismo da profissão, definindo-se um novo perfil para o Serviço Social, negando a identidade atribuída, e assumindo a identidade construída, relacionada ao autoconhecimento profissional e social¹⁸.

A identidade construída possibilita uma prática com autonomia, de forma a visualizar a área de atuação profissional e a forma de atendimento das demandas, sustentada por uma profissão comprometida com a prática profissional e a sociedade. A prática traduzida por métodos e teorias que melhor se apliquem a qualidade dos serviços e que por sua vez a sociedade reconhece o comprometimento da profissão, qualificando de forma positiva sua imagem.

4 FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL

O Serviço Social constitui sua base de qualificação no decorrer do processo de profissionalização e institucionalização, cuja centralidade está na construção da identidade profissional, que busca aprimoramento por meio da formação acadêmica, o que promove uma maior aproximação com outras vertentes teóricas como o marxismo, cujo direcionamento está voltado à crítica ao capitalismo.

Assim como os novos direcionamentos da profissão na sua gênese, surge a necessidade da expansão de escolas de formação profissional de serviço social, dadas a

¹⁷ Os anos 60, ao longo dos quais se processou um agravamento do quadro político nacional, encontraram o Serviço Social recuado do cenário histórico, produzindo e reproduzindo práticas incapazes de se somarem aos esforços de construção e preservação de espaços democráticos em uma sociedade oprimida por uma ditadura militar (MARTINELLI, 2007, p. 142).

¹⁸ No plano do exercício profissional, a esse momento vivido ao final dos anos 70 e início da década de 80, correspondeu um avanço significativo da prática social, especialmente no sentido de que passou a ter um novo ponto de ancoragem, construído com base nas alianças com a classe trabalhadora. Se não hegemonicamente, mas ao menos com grande expressão, havia um reconhecimento pelo coletivo da categoria da importância daquelas alianças e, principalmente de se criar marcos de referência para a ação profissional que extrapolassem os limites das estruturas institucionais (Id. p. 147-148).

abertura de novas áreas a serem ocupadas, na atualidade também são requeridos novos profissionais. Estes de acordo com a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) e as Diretrizes Curriculares, requerem um profissional com capacidade teórico-metodológica e ético-política, dotado de visão crítica para atuar nos processos sociais e, portanto, supere a forma conservadora do Serviço Social ¹⁹ em sua gênese, visando apenas o monitoramento de seus usuários, por meio de formas assistencialistas, mediante atendimento desqualificado e retroativo.

Na atualidade a formação profissional em Serviço Social, traz alguns destaques, tendo em vista o modelo de expansão universitária, implantado a partir de 2006, colaborando de forma direta com a desqualificação do ensino superior²⁰. Um estudo realizado no ano de 2010 pelo Conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS e ENESSO, torna público resultados sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social²¹. Os dados apresentados refletem a preocupação com a qualidade da formação profissional em Serviço Social. A expansão do ensino superior no Brasil na modalidade à distância a partir da década de 1990, eram utilizados em cursos profissionalizantes e de complementação de estudos, mas foi transformado em política de educação superior à distância.

O estudo aponta para a preocupação da qualidade da direção desta nova política de expansão universitária, atendendo as metas políticas propostas para a educação em acordos internacionais, que desqualificam a modalidade presencial no que tange a formação e o trabalho docente. Chama atenção também para o verdadeiro significado dessa modalidade de educação, que é o fortalecimento do mercado privado de ensino superior, voltado apenas para geração de lucros, em detrimento do compromisso de ensino, pesquisa e extensão, preconizado no ensino público. Onde a ABEPSS diz que,

A questão a ser problematizada é a “produção” em massa e com conteúdos banalizados; é a qualidade do ensino que está sendo oferecido que não asseguram o perfil das diretrizes curriculares; é a educação bancária e mercantilizada que não garante o serviço social de qualidade que o Brasil precisa (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 2010, p. 6)

¹⁹ A reflexão situa para direcionar a discussão à respeito do objetivo do modelo de educação superior em Serviço Social na modalidade EAD, a qual consideramos como tentativa de reafirmação do conservadorismo da profissão.

²⁰ Isto de dá não apenas na graduação em Serviço Social, mas também em cursos estratégicos como de licenciaturas (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2010).

²¹ Não é nosso objetivo neste trabalho fazer uma discussão aprofundada sobre a educação a distancia, mas que se colocou como pertinente para discutir os impactos desse tipo de formação na construção identidade profissional.

Ao lado do EAD, crescem os cursos privados, que muitas vezes são de baixa qualidade, em que pese os esforços de jovens e comprometidos docentes, em função das condições de trabalho: contrato horista, ausência de pesquisa e extensão, turmas enormes, estágios que não asseguram supervisão acadêmica e de campo articuladas (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 2010, p. 6).

Segundo ABEPSS (2010), o significado estrutural da contrarreforma do ensino superior pode ser sintetizado por meio de alguns eixos: o primeiro configura ninchos de valorização do capital médio e via de acesso ao fundo público e ao crédito, dando suporte ao lucro, introduzindo apenas treinamento em grande escala a baixo custo e em curto espaço de tempo, ao invés de formação de qualidade, e superexploração dos tutores; demanda do mercado de trabalho, que contradiz o perfil das diretrizes curriculares, crítico, articulador político-profissional dos sujeitos, preocupado com os direitos e a cidadania, pesquisador que vai além das aparências dos fenômenos, profissional preocupado com a coletivização das demandas, com a mobilização social e a educação popular. Ao contrário, o que se requisita é um profissional à imagem e semelhança da política social focalizada e minimalista de gestão da pobreza e não do seu combate, politização e erradicação (Ibid., p. 7).

Corresponde também a uma estratégia de legitimação, como forma de acesso ao direito à educação e garantia de emprego, onde o que se visualiza é a produção de “um exército de reserva de trabalhadores de formação limitada e que mal tem condições de competir no mercado de trabalho” (Ibid. p. 8). E ainda que a expansão da formação em Serviço Social na modalidade EAD e ensino privado, tem forte apelo para a promoção da volta do “crescimento econômico”,

[...] por meio também do controle das massas, acirram-se as expressões da questão social e aumenta a demanda por assistentes sociais, mas com o perfil rebaixado e acrítico. A conexão também se faz com a contrarreforma do Estado e o redimensionamento das políticas sociais, na perspectiva do Estado mínimo para os trabalhadores e o Estado máximo para dar suporte a essas tendências de inserção e adaptação ao mercado mundial. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 2010, p.8).

A ABEPSS (2010) também aponta alguns questionamentos presentes na formação em Serviço Social. Desde a postura do MEC, na concessão de abertura e fiscalização de cursos de graduação em serviço social. Também é realizada avaliação sobre a estrutura dos cursos, como; falta de projeto pedagógico de acordo com as

diretrizes curriculares; ausência de estágio supervisionado, perfil da tutoria em consonância com os instrumentos regulatórios do exercício e formação profissionais, onde muitas vezes não há um assistente social; falta de cumprimento da Lei de estágio 11788/2008, da Resolução CFESS/2008; infraestrutura inadequada e explicitamente comprometida (falta de laboratório, biblioteca, divulgação de notas); não há a relação entre ensino, pesquisa e extensão (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 2010, p.8).

O estudo se traduz em forte posicionamento contra esta modalidade de ensino, e defesa da formação de qualidade com direito e dever do Estado, onde foge “de ser uma posição meramente ideológica, trata-se da firme defesa da densidade teórica prática que deve orientar a formação do profissional de qualidade que o país requer” (Ibid., p.18).

Destacando a realidade de Alagoas, em um segundo estudo, que apresenta investigação sobre a expansão da formação superior em Serviço Social, intensificada durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Governo Lula) entre 2003-2010. Este refere-se às investigações realizadas pelo Grupo de Pesquisa sobre Mercado de Trabalho do Serviço Social, integrante do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais, da Universidade Federal de Alagoas, tendo parceria com a Comissão de Orientação e Fiscalização Profissional do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS 16ª Região).

Dados apontam que nos períodos de 1930 a 2002 existiam 123 escolas de Serviço Social no Brasil. Nos governos Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique, foram criados 52 cursos de Serviço Social no Brasil. Enquanto que com a mercantilização do ensino superior no 1º governo Lula, houve aumento significativo, sendo criados 129 novos cursos entre 2003 a 2006 e que mais de 90% são exclusivamente privados.

Onde o curso de Serviço Social ocupava o 3º lugar em número de matrículas, compreendendo 8,1% do total de matrículas de graduação à distância no Brasil, ficando atrás dos cursos de Pedagogia e Administração. No ano de 2009 foram disponibilizados 76% das vagas oferecidos em cursos de graduação à distância.

No caso de Alagoas, até o ano de 2005 apenas a Universidade Federal de Alagoas disponibilizava o Curso de Serviço Social no Estado. Mas a partir de 2006, com do incentivo do governo, houve uma proliferação de cursos de Serviço Social, sendo estes em sua maioria na modalidade EAD.

Estes cursos porém promovidos para responder às necessidades do capital e tem forte reflexo no Serviço Social. Com estrutura bastante precária, comprometendo a formação profissional com vistas a realizar uma análise de conjuntura que venha responder com o processo democrático e não com a estrutura capitalista.

Na busca do fortalecimento da prática profissional desde o processo de formação, compreendemos que [...] os atuais alunos de Serviço social estão sendo formados para atuar, através da expansão de formas bastante fragilizados de educação superior, especialmente á distância [...] (MONTEIRO; TRINDADE, 2011, p. 5).

Segundo Pereira (2012) a expansão dos Cursos de Serviço Social na modalidade EAD traz “repercussões tanto no trabalho docente quanto no que se refere à qualidade de formação e ao perfil profissional formado ainda são pouco conhecidas” (p.31) E ainda “que a formação na modalidade em questão tende a formar profissionais sem a dimensão fulcral da pesquisa e sem o contato com docentes que tenham uma trajetória expressiva na produção acadêmica, o que empobrece sobremaneira a formação” (Ibid., p.39).

Na tentativa de aproximação sobre a discussão da formação da identidade profissional do Serviço Social, não podemos desqualificar o sujeito em si, ou seja, aquele que se propõe a ser assistente social. E aproximando ainda mais a realidade, destacamos neste momento a pesquisa de campo do trabalho de conclusão de curso, que tem por tema “O QUE É SERVIÇO SOCIAL? A construção da identidade profissional do Serviço Social pelos discentes do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca²²”, aplicada em 2011. O trabalho discute a construção da identidade profissional do Serviço Social a partir do processo vivenciado pelos discentes deste curso na Unidade Educacional Palmeira dos Índios. A pesquisa realizada levanta os elementos que compõem o perfil dos discentes, analisando a perspectiva sobre a identidade profissional daqueles que ingressam e daqueles que concluem o curso de Serviço Social.

Recorrentes elementos constituem o quadro que interfere propositivamente no processo de construção da identidade profissional. A pesquisa destaca que esses

²² O curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, Unidade Educacional Palmeira dos Índios, Campus Arapiraca, é fruto da política de expansão do ensino superior público do Ministério da Educação (MEC) – 2004/2006. A Universidade Federal de Alagoas mobiliza-se em seu projeto de Interiorização, com a criação, entre outras Unidades Educacionais, a de Palmeira dos Índios (inicialmente denominada Polo Palmeira dos Índios), que foi vinculada ao Campus Arapiraca, dispôs desde o início da implementação dos cursos superiores de bacharelado em Serviço Social e Psicologia.

elementos são norteados de início por uma identidade atribuída, onde a maioria dos discentes ingressam no curso com uma imagem do Serviço Social de base doutrinária, que realiza práticas assistencialistas e caridosas e que essa imagem de alguma forma poderia contribuir na escolha do curso.

Outros elementos interferem no processo da formação da identidade do Serviço Social, que vão além da identidade atribuída. Aliado a esses elementos, está a estrutura para a formação profissional, compreendida entre as condições oferecidas através da implantação do curso, em seu projeto de interiorização, sejam elas físicas e/ou de acesso há materiais pedagógicos. Onde verifica-se que o processo de expansão universitária é valorizado pelos discentes como forma de ingresso em universidade pública, qualificando a modalidade de ensino superior presencial, que proporciona a inserção e ampliação do número de vagas de cursos universitários.

Por outro lado, este processo de expansão universitária, revela insatisfação quanto a forma como foi concretizado, no diz respeito a falta de estrutura, que no caso do Curso de Serviço Social da Unidade Acadêmica Palmeira dos Índios, gerou muitas reivindicações e mobilizações, na tentativa de resolver as más condições de implantação dos cursos (estrutura física, biblioteca com pouco atrativo para os discentes, relacionados ao número de publicações e referências sobre o Serviço Social, falta de laboratórios e materiais para o funcionamento normal dos prédios que abrigavam os cursos).

Estas condições de implantação, aliado a outras como o projeto pedagógico²³ adotado, foram objeto de estudo na época, e revelou dificuldade para vida acadêmica dos discentes, e que isto poderia comprometer a qualificação profissional.

A pesquisa verifica que três disciplinas são apontadas pelos discentes como as que mais contribuíram para a formação profissional dos concluintes. Sendo elas em primeiro lugar Fundamentos do Serviço Social, em segundo lugar Ética em Serviço Social e terceiro as que tratam do Estágio Supervisionado em Serviço Social (Oficina de Estágio e Estágio Curricular), consideradas disciplinas oferecidas no curso que mais

²³ Trata-se do processo de implantação de uma proposta acadêmico-pedagógica de configuração inovadora, de um modelo experimental que objetiva, segundo enunciado por seus idealizadores, promover mudanças em relação ao padrão tradicional do ensino superior em termos de estrutura, flexibilidade curricular, gestão, mobilidade discente-docente. É inaugurado, então um conceito de estruturação modular, nivelada, com a definição de troncos de conhecimento, [...] os quais agrupam eixos temáticos, conforme 31 classes de cursos que guardam em si identidades, atividades e formações disciplinares comuns. [...] Nesse contexto, o Curso de Graduação em Serviço Social associa-se ao Curso de Psicologia, no Eixo Humanidades, implantado no Pólo Palmeira dos Índios, em consideração ao resultado de pesquisa representativa de demanda por cursos de graduação realizada junto aos segmentos sociais interessados, quando da fase de elaboração do Projeto de Interiorização (Universidade Federal de Alagoas, 2007, p.6).

aproximam o discente da profissão, as quais deram base para a formação com respeito à mediação que norteia a relação teoria / prática, o que contribui para compreensão da profissão e da prática profissional.

A forma de estrutura pedagógica pode facilitar a construção da identidade profissional, e esta no caso do curso de Serviço Social da Unidade Acadêmica Palmeira dos Índios poderia ocorrer logo no início da formação, tendo em vista que as disciplinas apontadas pelos discentes não são oferecidas no início do curso.

De acordo com as informações postas no documento de avaliação do curso, fica evidente a insatisfação dos discentes em relação a organização do ensino a partir dos troncos. Tratando, especificamente do tronco inicial, apontamos que ele contempla disciplinas que, no nosso modo de ver, não acrescentam, de início, à formação, podendo tais disciplinas serem ofertadas em outros momentos, e, assim, substituídas por disciplinas que venham oferecer base inicial para a construção da identidade profissional (FARIAS, 2011, p. 71).

De acordo com a referida pesquisa, o estágio supervisionado constitui um importante momento para o processo de formação, onde o discente aproxima-se da prática profissional, reconhecendo todos os seus elementos constitutivos: qualidade da formação na identificação do território de atuação profissional; perfil do profissional que se destina a supervisão de campo; os processos de mediações; articulações; a relação teoria e prática; conflitos institucionais e as correlações de forças; a execução do Código de Ética profissional; as estratégias para a realização do trabalho do Serviço Social no campo profissional das políticas públicas na garantia dos direitos da população usuária. O período do estágio é um importante momento para que os discentes tivessem compreensão da profissão e da prática profissional, os quais deram base para a formação com respeito à mediação que norteia a relação teoria / prática.

A formação profissional do Serviço Social associa-se ao processo de movimento histórico, sendo que a identidade que se apresenta na prática por seus agentes é uma forma estratégica que contribui diretamente para atualização profissional. A estrutura pedagógica dos cursos de Serviço Social, fortalece essa nova identidade e ajuda formar um profissional mais qualificado e comprometido com a categoria profissional.

Dessa forma a pesquisa confirma que ao longo da formação acadêmica, vários elementos interferem na construção da identidade, mas que prevalece a identidade construída durante o processo de formação profissional (caso UFAL/ Palmeira dos Índios), que dá base para uma prática profissional comprometida com a profissão escolhida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identidade é antes de tudo produto do reconhecimento da individualidade humana e segundo das relações sociais estabelecidas. E que o reconhecimento desta durante o processo de formação profissional, revela uma tomada de consciência, de direcionamento político e social, que repercute de forma direta na qualidade da efetivação dos direitos sociais.

Qualificadamente vários elementos formam um conjunto de aspectos importantes para a construção da identidade profissional. Destaca-se a observação quanto à formação da identidade profissional, aliada há colaboração no campo das lutas pela preservação dos direitos sociais e do trabalho desenvolvido pelo Serviço Social.

Identificamos que o processo de expansão universitária proposta a partir da década de 1990 é senão um movimento de desregulamentação do direito a uma educação de qualidade, com forte promoção do setor privado, na tentativa de desqualificar profissões estratégicas como o Serviço Social.

Que a expansão do curso de graduação em Serviço Social na modalidade à distância, ferem condições primordiais para o processo de formação, comprometendo a identidade profissional e desqualificando o trabalho profissional, colaborando para a retomada do conservadorismo estatal.

Acreditamos que a busca por uma formação da identidade construída pela profissão do Serviço Social, transforma não apenas o discente, como colabora de forma direta para o processo de construção do projeto ético político profissional, uma vez que este se apresenta como uma exigência da categoria profissional e também para o mercado de trabalho.

A observação quanto a construção da identidade profissional é sem dúvida imprescindível para um exercício profissional mais qualificado e atuante, não apenas no que diz respeito à formação, mas que contribuem para fortalecimento da construção do projeto ético político da profissão, e também quanto o direcionamento profissional.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Conselho Federal de Serviço Social. Conselhos Regionais de Serviço Social. Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social. **Sobre a Incompatibilidade entre Graduação à distância e Serviço Social**. Brasília, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Conselho Federal de Serviço Social; Conselhos Regionais de Serviço Social; Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social. **O ensino de graduação presencial e à distância e a luta pela qualidade ético-político e teórico-metodológico da formação profissional**. Brasília, 2006.

ANDRADE, Maria Angela Rodrigues Alves. O Metodologismo e o Desenvolvimentismo no Serviço Social Brasileiro – 1947 a 1961. **Revista Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008.

DINIZ, Camila Adriana Silva; GOMES, Nilvania Alves. Teoria e Prática no Serviço Social: uma reflexão sobre a identidade profissional do Assistente Social e os desafios contemporâneos. In: SIMPOSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 3., 2013. Anais... Belo Horizonte/Minas Gerais, 7 a 0 de junho de 2013.

FARIAS, Maria Minervino da Costa. **O que é serviço social**: a construção da identidade profissional do serviço social pelos discentes do curso de serviço social da Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Unidade Educacional Palmeira dos Índios. Palmeira dos Índios, 2011.

FARIAS, Patrícia Maria Bispo. Ética e Serviço Social: reflexões sobre a vivência profissional. **Revista Eletrônica da FANESE**, a. 1, v. 1, dez. 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 21. ed. São Paulo: Cortez; [Lima]: CELATS, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 12 ed. São Paulo, Cortez, 2007.

LIMA, Leonice Domingos dos Santos Cintra. Identidade do Serviço Social no Brasil: dilemas da formação contemporânea. In: SEMINÁRIO LATINO AMERICANO DA ESCUELA DE TRABAJO SOCIAL, 2012. **Anais...** Córdoba, Argentina, 24 a 27 de setembro de 2012.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **A pergunta pela identidade profissional do Serviço Social: uma matriz de análise** [Textode apoio didático]. São Paulo: PUC-SP, 2008,

MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social : identidade e alienação. 11 ed. São Paulo: Corte, 2007.

MONTERIRO, Priscila Azevedo et al. A expansão e a interiorização dos Cursos de Serviço Social e do Mercado de Trabalho do Assistente Social no Brasil. In:

SEMINÁRIO LATINO AMERICANO DA ESCUELA DE TRABAJO SOCIAL, 2012. **Anais...** Córdoba, Argentina, 24 a 27 de setembro de 2012..

MONTEIRO, Priscila Azevedo. TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. A expansão da Formação em Serviço Social em Alagoas no Governo Lula. In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011. Anais... São Luiz/Maranhão, 23 a 26 de agosto, 2011. PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Expansão dos Cursos de Serviço Social na modalidade EAD: direito à educação ou discriminação educacional? . **Revista SER Social**, Brasília,

_____. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social / Campus Arapiraca, 2007.

_____. Programa de interiorização *Campus* de Arapiraca: primeira etapa. Campus Arapiraca, 2006.

RIBEIRO, Eliana Cristina Antunes. **A Questão da Identidade Profissional no Serviço Social**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Centro Sócio Econômico, Universidade de Santa Catarina, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Auto-Avaliação do Curso de Graduação em Serviço Social: período 2009-2010. Campus Arapiraca, 2010.